

Comunicação e Democracia nos Labirintos da Rede

– Apresentação de Dossier –

João Pissarra Esteves

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

jj.esteves@fcsh.unl.pt

Tiago Mainieri

Universidade Federal de Goiás

tiagomainieri@gmail.com

A realidade mais recente dos media trouxe consigo uma extraordinária capacidade de atração das mais elevadas expectativas políticas e, assim, a democracia regressou ao primeiro plano da ordem do dia. Este foi não apenas o resultado de um sentimento de frustração com os media tradicionais (os “velhos media”, na terminologia simplista do novo léxico), mas também da persistência de um potencial crítico associado à comunicação política, que nunca deixou de se fazer sentir no coração das sociedades ocidentais. O fracasso político – democrático mais propriamente – dos media tradicionais está focalizado nos chamados mass media; e dele reconhecemos como efeito paradoxal, no contexto das mudanças tecnológicas postas em movimento desde a viragem do último milénio, um acicatar do ideal democrático, enquanto possibilidade de construção um grande fórum público de comunicação e debate racional. Resumidamente, esta é a narrativa que celebra a virtuosa aproximação (e o feliz casamento) entre novos media e democracia.

Esta narrativa começou a ser escrita com a web 2.0, a qual trouxe um abrir de portas a uma nova era dos estudos comunicacionais e políticos. Estamos a falar de um fenómeno recente, mas sobre ele já ocorreram muitas voltas e reviravoltas: o sinal que espelha bem a grande complexidade das discussões que hoje estão em aberto e, também, a confusão que reina na demarcação do próprio campo de estudo – o traçado de uma linha de separação entre novos e velhos media não é assim tão fácil, como se chegou a pensar, apenas para dar este exemplo. As vozes mais otimistas logo celebraram a chegada de uma era de ouro da política – e da democracia – com as novas tecnologias de informação e comunicação; mas essa euforia teve vida breve e aquilo que a realidade dos nossos dias nos revela apresenta-se com cores bem diferentes: novos fatores de crise das nossas democracias, em estado de alta inflamação, aos quais a comunicação política não está imune. Bem pelo contrário, bem no epicentro desta crise é a comunicação que

(re)encontramos – não para virar a página da lógica da massificação e fazer um resgate da democracia, mas como nova ameaça e um sério fator de risco.

É bem provável – ou quase certo – que a agudização de uma crise associada à democracia se situa, hoje, muito para além de qualquer questão estritamente comunicacional. Mas, por outro lado, não é possível negar, também que a comunicação política nesta sua nova versão *high tech* veio acrescentar (novos) problemas aos problemas. Ou, num registo mais próximo de algo que dia a dia se vai tornando perceptível de forma cada vez mais nítida: novos media e velhos problemas estão a conjugar-se muito harmoniosamente, como não tínhamos imaginado possível. Nestes tempos sombrios de pós-verdade, *fake news* e realidades alternativas, a agudização da crise das nossas democracias está na primeira linha das inquietações que nos motivaram a organizar esta publicação. Com ela pretendemos lançar um questionamento sobre as condições e motivos que estão na origem destes novos sobressaltos que abalam as democracias, e que tangem de modo muito próximo com os media: não apenas os “novos”, mas também os menos novos, num entrelaçar que já não se compadece de separações artificiais (ou linhas de fronteira imaginárias). Falamos a este propósito de uma nova ecologia dos media, que tem por grande novidade, se assim se pode dizer, a aproximação e o entretecimento do novo e do velho. Novos e velhos media, novos e velhos problemas: é disto, e assim, que se forja a – nova e velha – crise das nossas democracias.

A Internet pode reforçar as formas de vida democrática e, em concreto, uma democracia mais exigente, como aquela concebida pelo modelo deliberativo, em decorrência da extraordinária potencialidade comunicacional desta tecnologia, tanto para processar e disponibilizar informação para os cidadãos, quanto para promover a interação social e um debate acerca dessas informações. Contudo, não é todo o tipo de interação na Internet que se traduz em algo relevante para a política e a democracia. A interação proporcionada pela Internet, aliada ao seu potencial informativo, apenas pode converter-se em comunicação e num mecanismo político de deliberação quando apoiada em formas de participação efetiva dos cidadãos na vida política.

Peter Dahlgren, Lincoln Dahlberg, Andrew Feenberg ou Christian Fuchs são apenas alguns dos autores que, já desde há algum tempo, vêm estudando com bastante atenção o papel dos medias sociais e a participação online numa perspetiva cívica. Neste sentido, foi nosso propósito dar visibilidade neste dossier a contributos teóricos que assumem como prioridade a ideia de democracia, o net-activismo e a participação política numa perspetiva cívica, a partir dos quais se pode empreender uma discussão qualificada sobre a comunicação na esfera pública conectada. As possibilidades de participação dos cidadãos previstas na sociedade em rede ressignificam e reformulam os contornos da comunicação pública, no contexto de uma esfera pública plural e ampliada – é a discussão sobre esta que aqui propomos abrir, tanto num plano teórico como empírico.

Autores como Castells enfatizam a possibilidade de construção de uma nova esfera pública cujo locus se viabiliza pela intercomunicação produzida na Internet. A sociedade conectada em rede ao mesmo tempo que potencia novas possibilidades de trocas simbólicas, põe em evidência (e exponencia) as assimetrias do capital. É esta ambivalência e forma paradoxal da nova ecologia dos media que hoje funda as nossas democracias, mas é ela, também, a origem de todos os riscos: onde a democracia se tem vindo a afundar e, assim, irremediavelmente, continuará, se os limites dessa ambivalência (e paradoxo) que se reproduz na esfera da Internet não forem em algum momento, ou de alguma forma, rompidos.

Cabe recordar a “velha” crítica de Habermas à imprensa e aos media de massa, que ele caracterizava como uma esfera pública de aparência e não de essência. Na visão de alguns autores, talvez a Internet hoje esteja apenas a reproduzir essa lógica, ou seja, ela não se constitui verdadeiramente como uma esfera pública. O desenvolvimento dos media nas sociedades ocidentais numa lógica mais económica do que comunicacional, ou seja, mais vinculados ao capitalismo do que à democracia, impôs restrições severas à participação dos cidadãos na vida pública. Este severo condicionalismo social ajudou a forjar as melhores expectativas com respeito à “revolução digital”, mas a efetiva possibilidade desta revela-se-nos, hoje, muito mais árdua do que se imaginávamos: a exigir de todos nós um trabalho, verdadeiramente, sobre as possibilidades e limites dos media em geral – e os chamados media sociais em primeiro plano – virem a constituir-se como veículos políticos de ampliação da participação cívica.

Para dar início a este trabalho de pensar as possibilidades de comunicação em rede, contamos aqui com a participação de pesquisadores do domínio dos estudos de média e de áreas afins de diferentes países, em especial de Portugal e do Brasil. Os textos que compõem o dossier propõem diferentes perspetivas teóricas e abordagens empíricas, que nos apontam alguns caminhos possíveis de entendimento dos fenómenos discutidos como temática central deste dossier. Alguns textos convidam à reflexão sobre o suposto poder transformador dos media sociais, sobre os quais, o primeiro passo que se impõe é entender o que há neles verdadeiramente de social. De acordo com Christian Fuchs, os media sociais precisam avançar afastando-se da ideia de “uma esfera colonizada pelo capital e pelo Estado”, para poderem transformar-se em “media sociais como serviço público, de uso comum e, de facto, uma esfera pública” (p.11).

O pressuposto de que este autor parte, e com o qual comungamos, é de que uma verdadeira esfera pública só pode ser viabilizada numa sociedade participativa. “Uma esfera pública emerge quando as pessoas lutam por uma sociedade melhor, e a sua luta é um processo de constituição do público que cria domínios espaciais de resistência. A esfera pública é, simultaneamente, processo e espaço” (Fuchs, p. 19).

A ideia de esfera pública enquanto processo e espaço permite-nos refletir sobre os meios, em especial os meios digitais e os media sociais. Ao permitirem que a sociedade intensifique as

suas relações sociais, os media assumem grande relevo na atualidade. As trocas simbólicas possibilitadas pelos media sociais permitem-nos perceber mais claramente as assimetrias na sociedade.

Os limites impostos pelo sistema económico a nível da estrutura comunicacional das nossas sociedades constituem barreiras para uma esfera pública democrática e multicultural. Os obstáculos a uma participação cívica através da Internet começam hoje, cada vez mais, a nível da sua própria estrutura, com os algoritmos dos grandes operadores a limitarem a diversidade e a pluralidade – dos utilizadores e dos usos.

Em posição de destaque no dossier, a pesquisadora Jodi Dean aborda o capitalismo comunicativo, evidenciando como os valores e os processos em geral centrais da democracia tomam forma a partir das tecnologias de comunicação em rede ao serviço do capital. Quais as consequências para a democracia de um a comunicação subordinada ao capital? No texto “Communicative Capitalism: this is what democracy looks like”, Jodi Dean não se limita a partilhar uma perceção mais ou menos genérica sobre este problema, ela desenvolve uma análise aprofundada que nos leva a refletir sobre o horizonte da democracia a partir das mudanças nas redes de comunicação e informação, bem como sobre o consequente impacte daqui resultante no capitalismo e na democracia. De acordo com a sua premissa básica, o capitalismo comunicativo materializa-se e reaproveita os ideais e as aspirações democráticas para fortalecer o neoliberalismo: a partir de uma retórica democrática de transparência, de voz, acesso e participação, ele é a forma por excelência do capitalismo contemporâneo, que se afirma e fortalece nas nossas sociedades em rede.

A perceção destes problemas é um denominador mais ou menos comum aos trabalhos que constituem o dossier deste número da Revista de Comunicação e Linguagens – e aos autores representados. A consciência social sobre os mesmos está, também, em crescimento, mas não ainda ao ponto de se poder descortinar alguma alteração significativa iminente no presente estado de coisas. O mundo da internet continua a ser “muito mais um negócio de consumidores do que uma questão de cidadãos, não se verificando efetivamente qualquer política geral ou forma de regulação concreta que promova uma defesa do interesse público” (Dahlgren 2001: 49). E o significado desta realidade não deixa quaisquer dúvidas: ela põe em evidência a fragilidade da nossa cultura política (democrática).

A escassez de resultados é indiscutível, mas o facto de haver uma cobrança também tem o seu significado, que não deve ser ignorado: há uma ideia de democracia que continua a fazer-se presente, que persiste em trilhar o seu caminho, mesmo que seja “apenas” enquanto uma expectativa social. Nenhuma mudança significativa pode ser posta em marcha sem partir daqui: só com base na legitimidade de alguma expectativa social reconhecida como válida, as mudanças sociais podem ter início e chegar a afirmar-se de modo consequente. Lemos em vários dos

trabalhos presente neste dossier, talvez com maior destaque para o de Nick Couldry, uma denúncia da hiperbolização do poder dos chamados novos media, no contexto de uma ecologia transformada da comunicação, na qual os media tradicionais não deixaram de marcar presença – e ter a sua importância. Mas nem por este motivo, quaisquer que sejam os equilíbrios constituídos ou que se venham a constituir nesta nova ecologia dos media e das comunicações, a “luta de poder eu já hoje se trava em torno da definição de futuro da Net” (Dahlgren 2001: 50) irá abrandar.

A par das disputas económicas e políticas em torno (e sobre) o espaço global da Rede, que no presente mobilizam as maiores potências mundiais e os gigantes económicos, na lógica dos sistemas funcionais da sociedade, uma nova frente de luta começa a este nível a ser aberta a partir de uma lógica mais próxima do mundo da vida (da experiência cívica quotidiana). Por mais que o desenvolvimento dos sistemas funcionais da sociedade acentue uma autopoiesis (fechamento autorreferencial), a sua condição de sistemas sociais (abertos) não lhes permite fecharem-se ao mundo da vida. É nesta ambivalência que se posicionam no terreno as diferentes forças que disputam o espaço político da nova ecologia dos media: entre, de um lado, as forças sistémicas (tipicamente as burocracias administrativas) que perseguem uma orientação reguladora dirigida para a manutenção de um certo *status quo* e, de outro lado, as forças (tipicamente a sociedade civil) que olham para todo este novo e imenso aparato tecnológico a pensar num outro tipo de regulação política, mais ao serviço das energias cívicas e da regeneração das nossas democracias. A comunicação (política) será sempre um recurso primordial nesta disputa, mas ela assume formas, estruturas e funções distintas em cada uma das situações (ou consoante as forças preponderantes em presença).

Uma disputa que se conjuga, também, à volta da ideia de democracia, mas com sentidos bem distintos para esta: entre uma democracia como forma de governo (mais ligada à funcionalidade do sistema político) e a democracia enquanto forma e estilo de vida (mais próxima do *Lebenswelt* e das experiências de cidadania). Sentidos diversos de democracia a que não poderão deixar de corresponder, igualmente, formas distintas de comunicação: entre uma comunicação funcional (tipicamente partidária e institucional), mais orientada para a estabilização do sistema político e numa lógica vertical e hierárquica (que nem as novas tecnologias vieram interromper) e uma comunicação mais aberta e espontânea (das organizações, novos movimentos sociais e novas formas de identidades de uma sociedade civil pluralista e vibrante). Apenas uma cultura política democrática – e não qualquer “sistema” – está em posição de garantir as condições necessárias à construção (e afirmação socialmente relevante) deste tipo de comunicação: a sua abertura (enquanto possibilidade de questionamento e crítica racionais de qualquer pretensão de verdade problemática), a sua reflexividade (quanto a questões axiológicas fundamentais - normas, valores e regras sociais), uma orientação dialógica (enquanto situação

ideal de comunicação), um padrão de discurso inclusivo e igualitário (primazia de princípios de abertura e equidade), a presença de interlocutores movidos pela autenticidade (na relação e na forma como expõem os seus próprios interesses, aspirações, necessidades, etc.) e que gozam de autonomia (cidadãos que fazem valer a sua independência quer em relação ao Estado, quer em relação aos sistemas funcionais da sociedade).

Bibliografia

- Dahlgren, Peter. 2001. “The Public Sphere and the Net: structure, space, and communication.” In *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*, edited by W. Lance Bennett e Robert M. Entman, 33-55. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fuchs, Christian. 2015. “Mídias Sociais e a Esfera Pública.” *Revista Contracampo*, 34-3: 5-80.

Notas biográficas

João Pissarra Esteves é Doutor em Ciências da Comunicação, pela Universidade Nova de Lisboa, e Professor Agregado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desta mesma universidade. Autor dos livros: *Comunicação Política e Democracia* (2019); *Sociologia da Comunicação* (2012; 2.^a ed. 2016); *O Espaço Público e os Media* (2005); *Espaço Público e Democracia* (2003 – edição em Portugal e no Brasil); *A Ética da Comunicação e os Media Modernos* (1998; 2.^a ed. 2003; 3.^a ed., 2007). Organizador editorial: *Comunicação e Identidades Sociais* (2008); *Media e Sociedade* (2002; 2.^a ed., 2009); *Niklas Luhmann - a improbabilidade da comunicação* (1993).

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3272-4105>

Morada institucional: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Avenida de Berna 26 C, 1069-061 Lisboa

Tiago Mainieri é Pesquisador visitante (PVE-CAPES 2018/2019) no ICNOVA - Instituto de Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pós-Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa Pós-Doc Jr. CNPq. Professor pesquisador da Universidade Federal de Goiás. Atua como professor permanente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Comunicação na linha de pesquisa em Mídia e Cidadania. Pesquisador do Laboratório de Leitura Crítica da Mídia/UFG. É doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com doutorado sanduíche (Capes) na University of Florida, Estados Unidos e na Universidad Autonoma de Barcelona, Espanha. Autor do livro *Um Peso, Duas Medidas: Desvelando a Comunicação Pública na Sociedade Midiatizada*.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5186-7526>

Morada institucional: Universidade Federal de Goiás. Avenida Esperança, s/n, Câmpus Samambaia, Goiânia, GO, Brasil – CEP: 74690-900